

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.830 - SP (2019/0300130-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : LUCIANA APARECIDA AMORIM
ADVOGADO : LUCIANA APARECIDA AMORIM - SP219055
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATEUS NAVES DOS REIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de revisão criminal, com pedido liminar, impetrado em favor de **MATEUS NAVES DOS REIS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, por infração aos artigos 157, § 3º, c/c o art. 14, II, na forma do artigo 69 do Código Penal, à pena de 11 anos e 8 meses de reclusão e ao pagamento de 5 dias-multa, no mínimo legal, tendo transitado em julgado nesses termos.

Após o trânsito em julgado do decreto condenatório, a defesa ajuizou revisão criminal, que restou indeferida liminarmente, nos moldes da seguinte ementa:

"REVISÃO CRIMINAL TENTATIVA DE LATROCÍNIO - Pedido de desclassificação Alegação de que não houve qualquer tentativa de disparos Inviabilidade Magistrado que não está adstrito ao laudo pericial Inteligência ao art. 182 do Código de Processo Penal Princípio do livre convencimento motivado Mera pretensão de rediscussão de prova, o que é vedado em sede revisional Ausência dos requisitos do art. 621 do CPP Decisão fundada nas provas colhidas durante a persecução penal - Indeferimento liminar, nos termos do art. 168, §3º, do RITJ." (e-STJ, fl. 141)

Dessa decisão, a defesa interpôs agravo regimental, ao qual foi negado provimento, a teor do acórdão assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL - Interposição contra decisão que indeferiu liminarmente pedido de Revisão Criminal Ausentes os requisitos do art. 621 do Código de Processo Penal - Decisão mantida - Agravo desprovido." (e-STJ, fl. 151)

Neste *writ*, o impetrante alega que "não há provas da tentativa de disparos, ao contrário, há prova pericial e testemunhal de uma das testemunhas de acusação de que os cinco cartuchos se encontravam íntegros e nenhum picotado" (e-STJ, fl. 21), o que esvaziaria o perigo de lesão ao bem jurídico vida.

Postula, ao final, a concessão da ordem para "a fim de ANULAR o v. acórdão combatido afim de DESCLASSIFICAR O DELITO DE TENTATIVA DE LATROCÍNIO PARA TENTATIVA DE ROUBO" (e-STJ, fl. 24).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no

Superior Tribunal de Justiça

sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo de recurso, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso, não se observa flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus*, de ofício.

Com efeito, a via do *habeas corpus* não se presta para a apreciação de alegações que buscam a absolvição do paciente, em virtude da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inviável na via eleita.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. NÃO CONHECIMENTO.

1. A via eleita se revela inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento. Precedentes.

2. O alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

TRÁFICO DE DROGAS. FALTA DE PROVAS. ABSOLVIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO PREVISTO NO ARTIGO 28 DA LEI N. 11.343/2006. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO MANDAMUS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO ACÓRDÃO QUE MANTEVE A SENTENÇA CONDENATÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

1. A pretendida absolvição ou desclassificação da conduta imputada ao paciente para a infração penal prevista no artigo 28 da Lei n. 11.343/2006 são questões que demandam aprofundada análise do conjunto probatório produzido em juízo, providência vedada na via estreita do remédio constitucional.

2. No processo penal brasileiro vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que o julgador, desde que de forma fundamentada, pode decidir pela condenação, não se admitindo no âmbito do *habeas corpus* a reanálise dos motivos pelos quais as instâncias ordinárias formaram convicção pela prolação de decisão repressiva em desfavor do acusado.

3. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 343.107/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 2/2/2016, grifou-se).

Nesse contexto, se as instâncias ordinárias, mediante valoração do acervo probatório produzido nos autos, entenderam, de forma fundamentada, haver prova de materialidade do crime de latrocínio, por entender haver disparos de arma de fogo em direção à vítima, inviável nesta célere via do *habeas corpus*, que exige prova pré-constituída, pretender conclusão diversa, sob pena de indevido revolvimento fático-probatório.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

